



Perfil Socioeconômico do Município de Pinheirinho do Vale/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

G511 Giotto, Enio et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Pinheirinho do Vale/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Enio Giotto, Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
35 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Giotto,Enio. II.Oliveira, Gabriel Nunes de. III.Costa, Nilson Luiz. IV.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

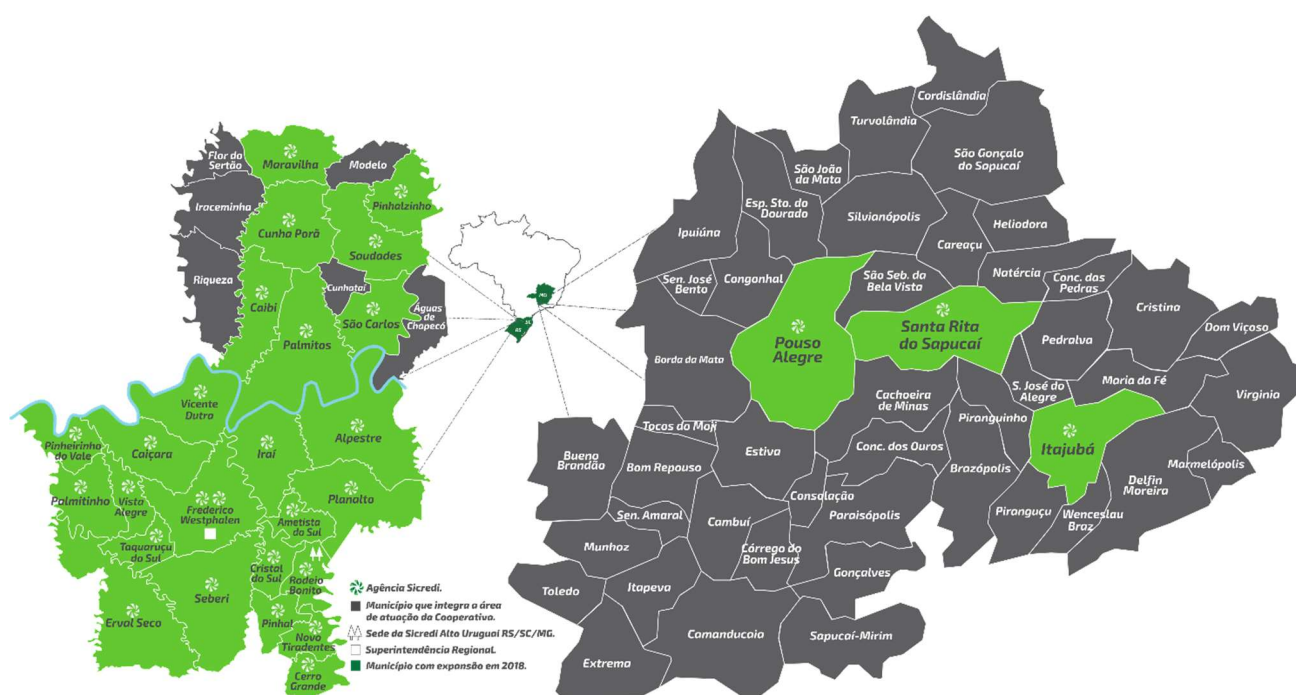
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE PINHEIRINHO DO VALE-RS	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinheirinho do Vale.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária.....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	22
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	22
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	24
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	25
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	26
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	28
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Pinheirinho do Vale/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE PINHEIRINHO DO VALE

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Pinheirinho do Vale/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, distante 455 Km da capital do estado, Porto Alegre.

Possui limites com os municípios de Barra do Guarita ao Norte e Oeste, Vista Gaúcha ao Sul e São João do Oeste ao Leste.

Segundo a Lei nº 9.586 de 20 de março de 1992, o município de Pinheirinho do Vale foi criado, desmembrando-se de Palmitinho, com 106 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude que varia de 187 a 387 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°12'40" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°36'54" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por descendentes italianos, alemães e açorianos na década de 30. Por volta de 1920, imigrantes europeus, alemães, italianos e portugueses vindos dos municípios de Montenegro, Lajeado, Feliz, Santa Cruz, Venâncio Aires, Guaporé e Taquari aumentaram consideravelmente a colonização do local (Prefeitura Municipal de Pinheirinho do Vale/RS, 2019).

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 4.871 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 4.497 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	439	19%	476	21%	915	20%
Rural	1.838	81%	1.744	79%	3.582	80%
Total	2.277	100%	2.220	100%	4.497	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 80% da população de Pinheirinho do Vale vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 22% tem até 14 anos, 26% de 15 a 29 anos, 39% de 30 a 59 anos e 13% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	509	22,35	494	22,25	1.003	22
15-29 anos	598	26,27	544	24,50	1.142	26
30-59 anos	891	39,13	880	39,65	1.771	39
60 ou mais	279	12,25	302	13,60	581	13
Totais	2.277	100	2.220	100	4.497	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinheirinho do Vale

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

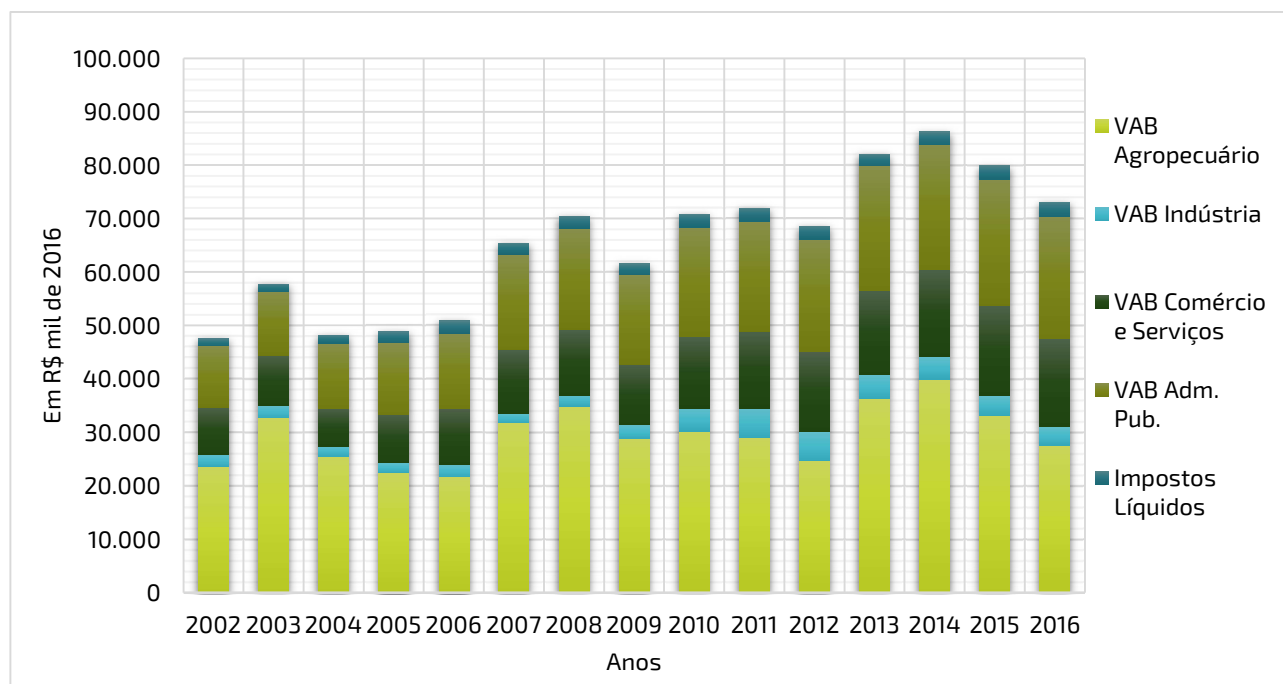
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre os anos de 2002 e 2016, o PIB Real do município de Pinheirinho do Vale cresceu de R\$ 47,5 milhões para R\$ 73,1 milhões e teve o seu máximo no ano de 2014, momento em que se registrou um PIB equivalente a R\$ 86,3 milhões.

Entre os segmentos de maior representatividade econômica no município, destacam-se a agropecuária (VAB equivalente a R\$ 27,6 milhões), a administração pública (VAB equivalente a R\$ 22,9 milhões), comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 16,4 milhões) e, em menor proporção, a indústria (VAB equivalente a R\$ 3,4 milhões), conforme observado na Figura 2.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

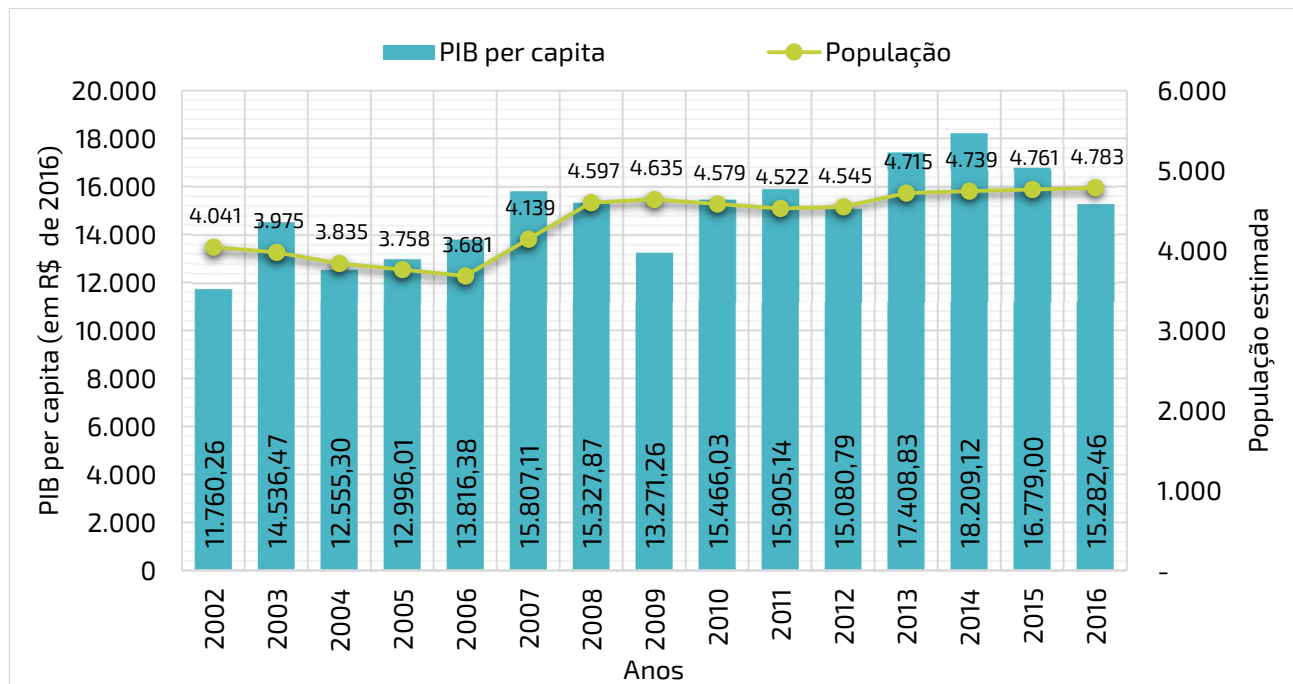


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No período analisado, o PIB *per capita* cresceu de R\$ 11,76 mil para R\$ 15,28 mil, mas ainda se situa muito abaixo da média regional (R\$ 26,98 mil) e estadual (R\$ 36,21 mil).

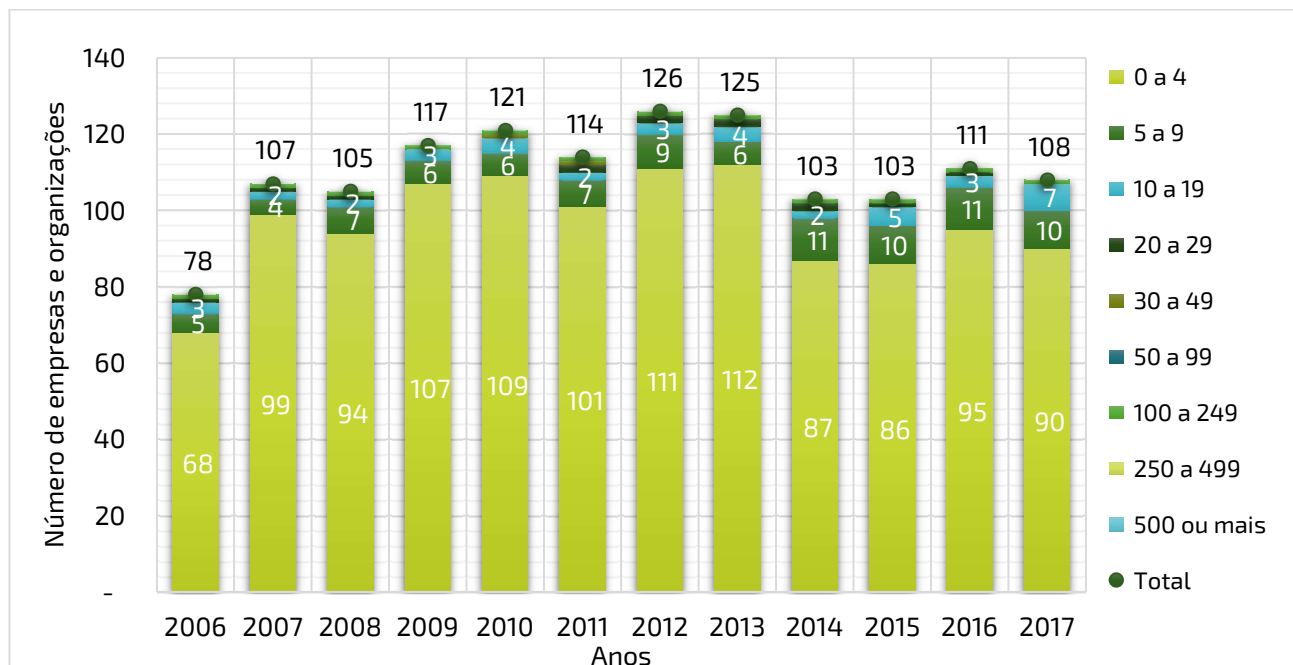
Na Figura 3 é possível observar a evolução desta variável.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



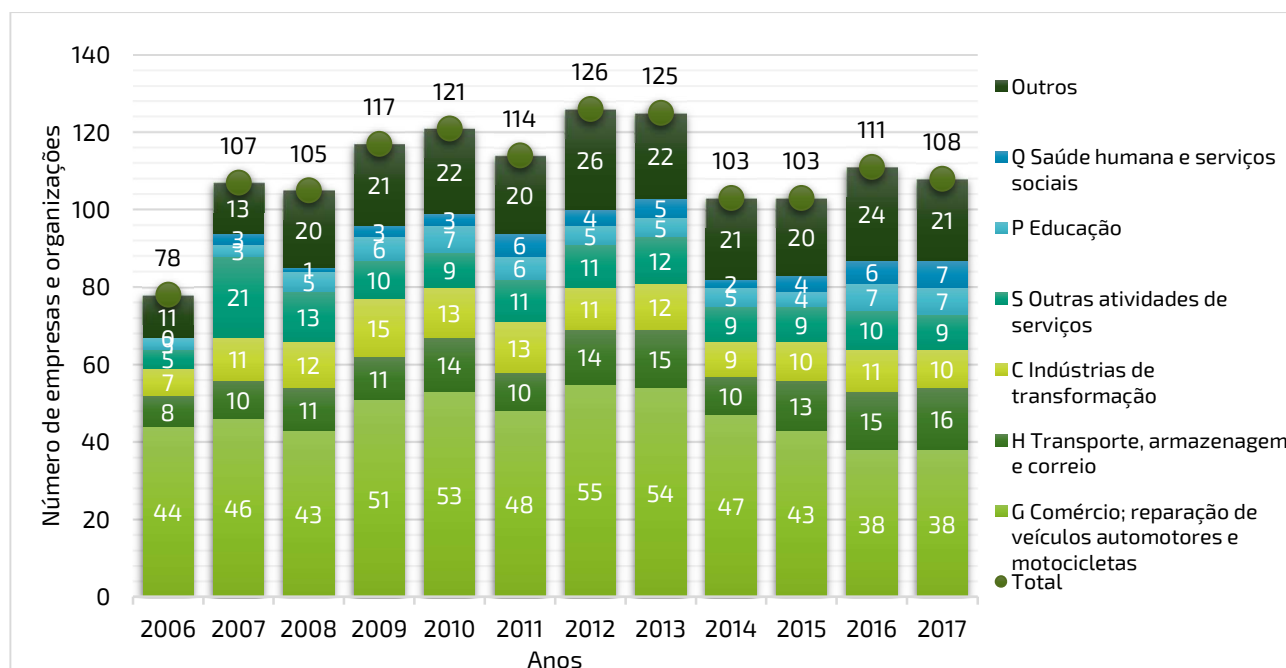
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados. Em 2017, juntas, as empresas e

organizações que empregam de 0 a 4 pessoas representam 83,33% total do município. Neste mesmo ano, 18 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 10 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (38, equivalente a 35,19% do total), mas a partir de 2012 é possível observar uma tendência de redução no número de empresas deste segmento.

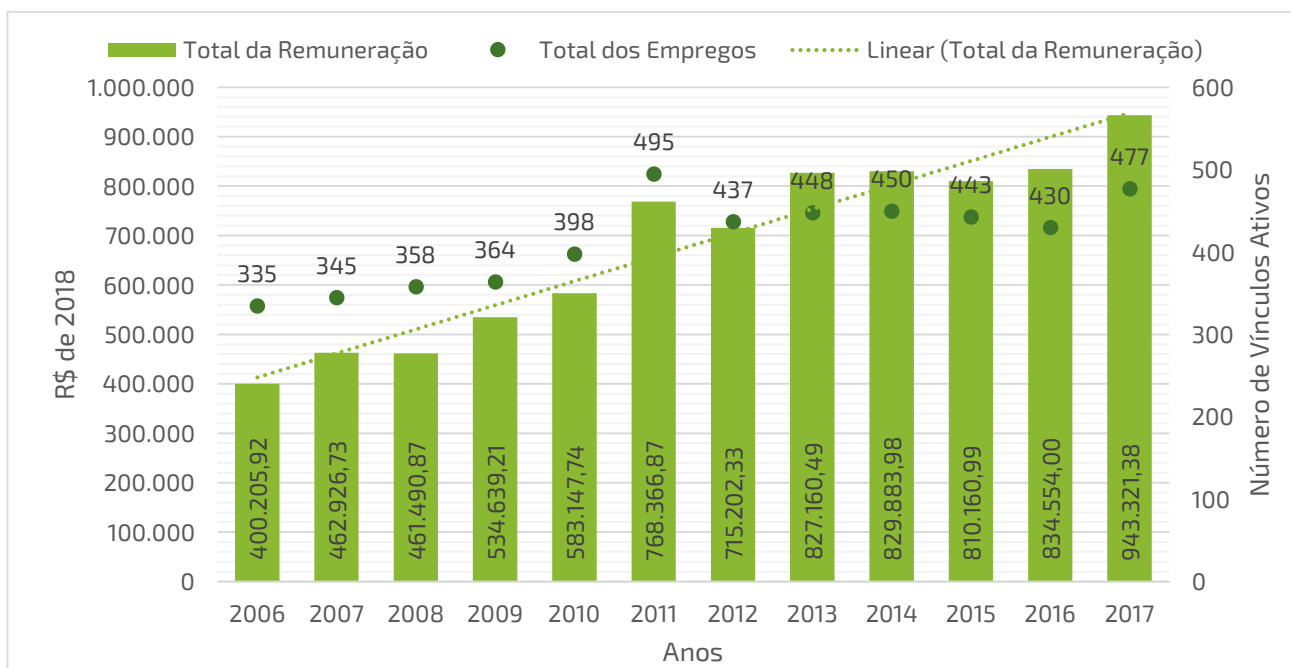
Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas e organizações no segmento de transporte e armazenagem (8, equivalente a 100% do total em 2017). O grupo "P", que representa educação, vem experimentando um incremento, partindo de 3 empresas e organizações em 2003 para 7 empresas e organizações em 2017.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos registros administrativos: relação anual de informações sociais (RAIS) e do cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED).

Figura 6. Número de Empregos Formais e Remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



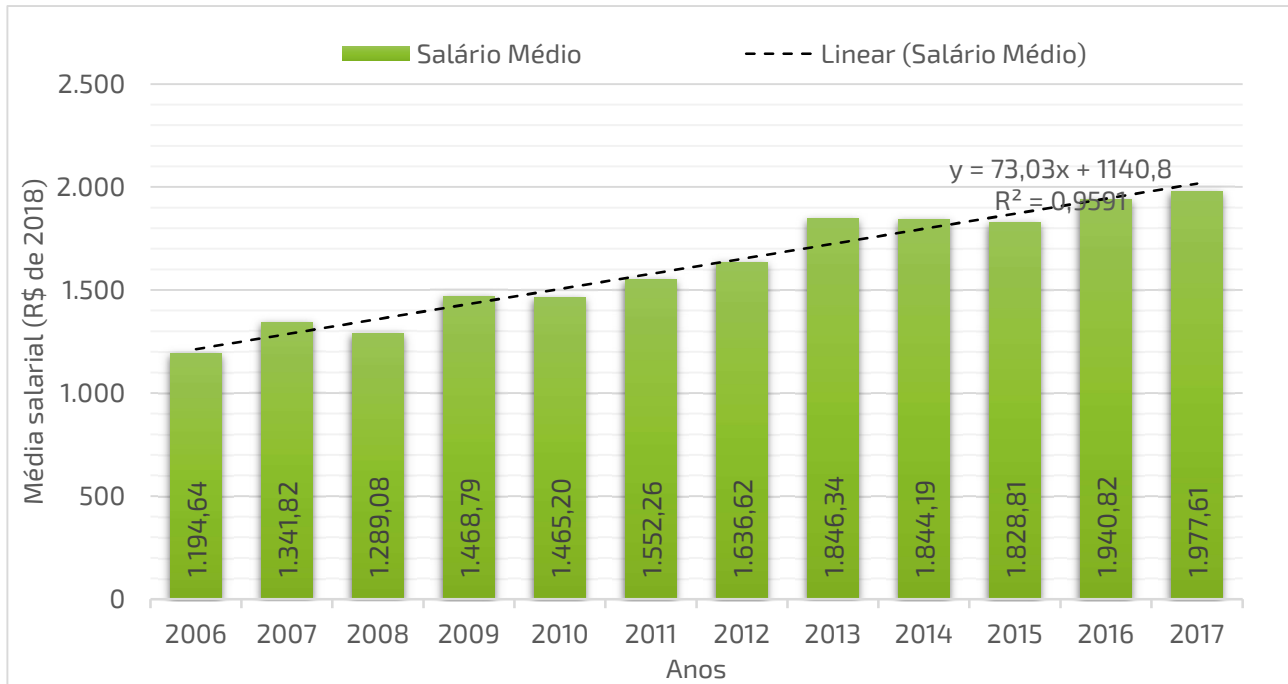
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 335 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 400.205,92/mês em 2006 para 477 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 943.321,38/mês em 2017.

O salário médio, no período analisado, apresentou crescimento real, evoluindo de R\$ 1.194,64 em 2006 para R\$ 1.977,61 e, 2017.

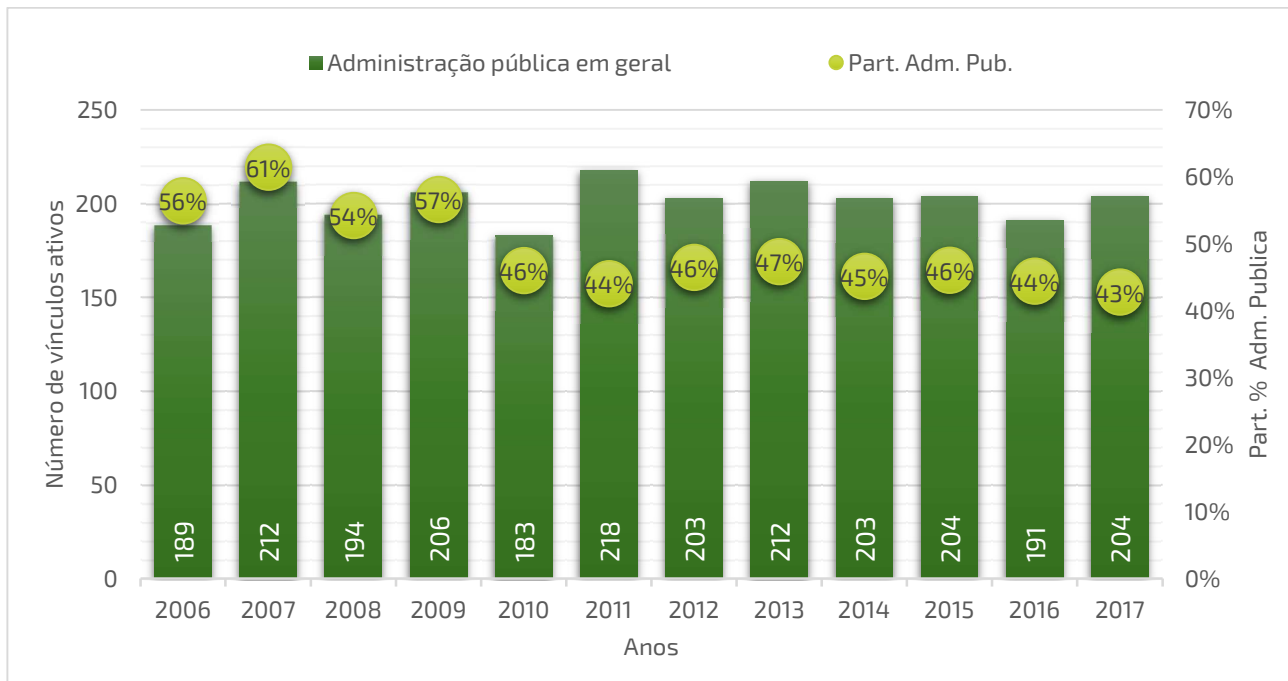
A reta mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município. Apesar da elevação, ainda situação abaixo média regional e da média estadual.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



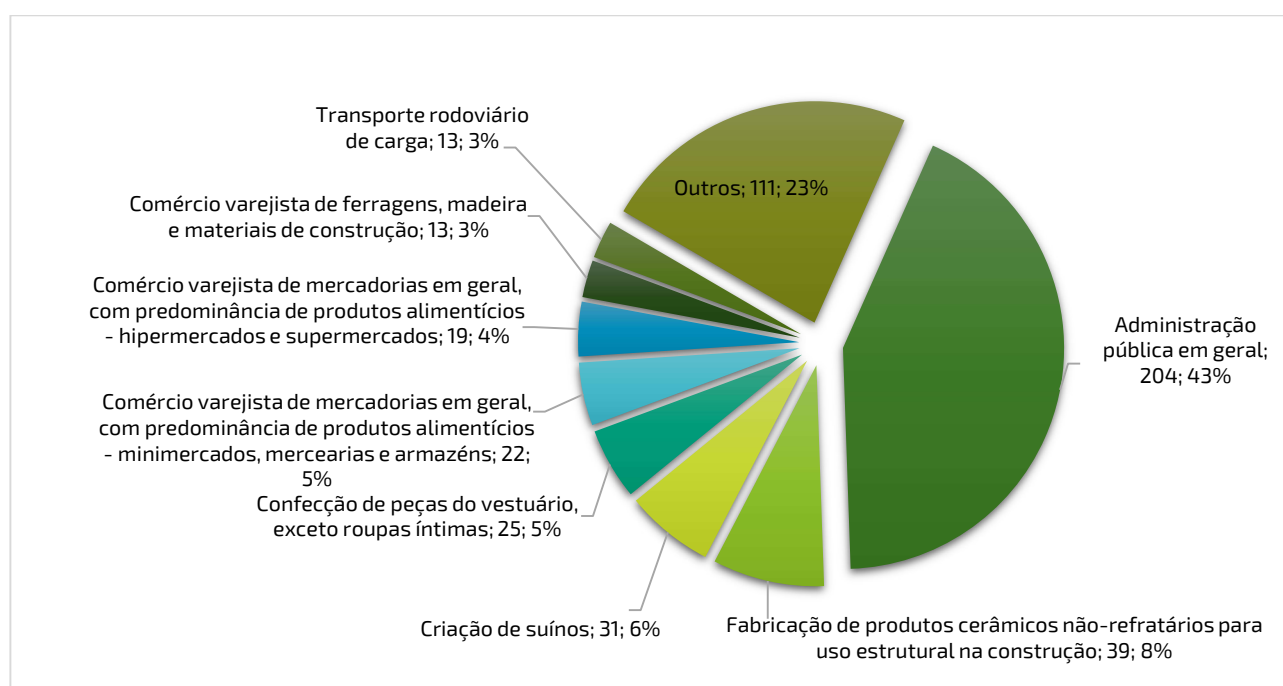
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 é possível observar a participação percentual do setor público no mercado formal de trabalho do município. Neste contexto, observa-se que o número de postos de

trabalho no setor público aumentou em termos absolutos, mas em termos relativos, decresceu. Isso ocorreu devido ao crescimento na oferta de postos de trabalho pelo setor privado, que passou de 146 em 2006 para 273 em 2017 (acréscimo de 86,99%).

Com o objetivo de estratificar os empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a participação das diversas áreas de atividade econômica no município, onde se destaca que cerca de 57,23% dos postos de trabalho estão vinculados a empresas e organizações privadas.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Confecção de peças de vestuário gerou 25 postos de trabalho no período de 2006 a 2017, representando 17,61% do total dos 142 postos de trabalho que foram criados no período.

A criação de suínos foi o segundo segmento em criação de postos de trabalho, com 23 postos, o que representou 16,20% do total.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 89,35% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 72,74% da área. Observa-se ainda que 10,12% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 25,08% da área total dos estabelecimentos do município.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	680	5.832,32	89,35	72,74
1-2	77	2.011,04	10,12	25,08
2-3	4	174,90	0,53	2,18
3-4	0	0	-	-
4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	761	8018,26	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

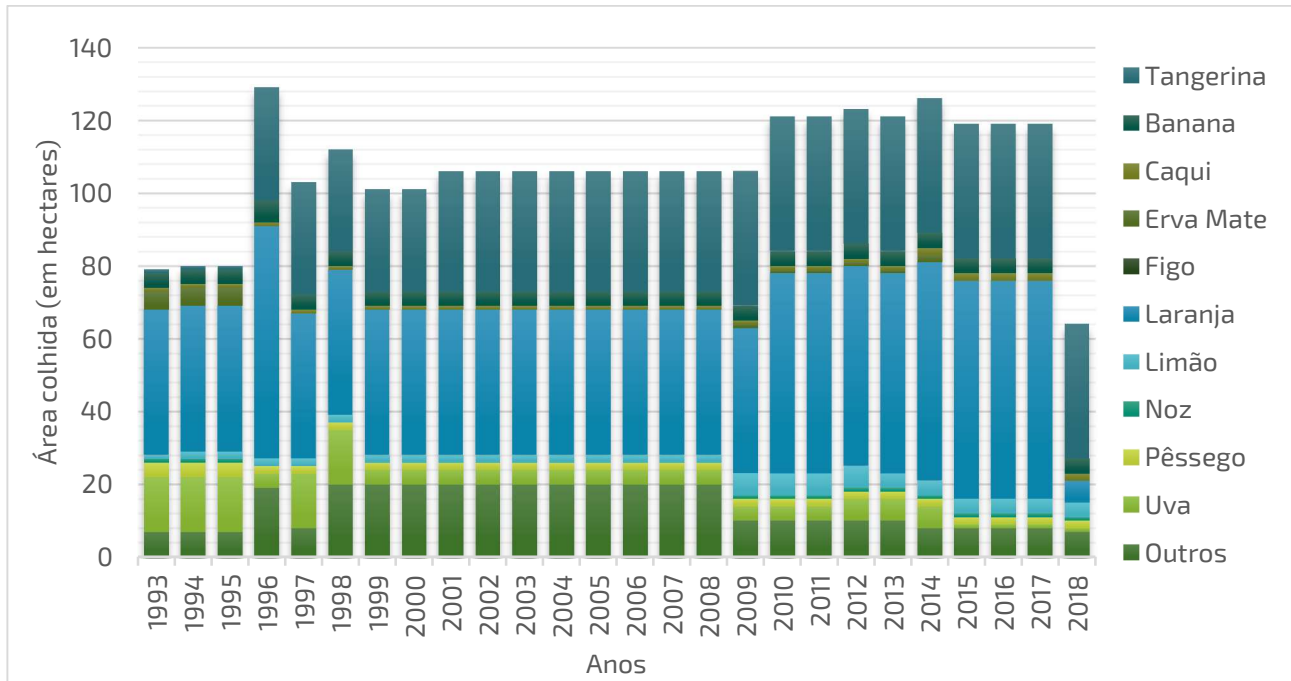
Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 100% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 100% da área dos imóveis rurais, conforme observado na Tabela 3.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 170 hectares para culturas perenes e 3.706 para a lavoura temporária, ou 2,12% e 46,22% da área dos estabelecimentos agropecuários respectivamente.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente tem se dividido entre tangerina e laranja, observando que a cultura de laranja reduz de 60 hectares em 2017 para 6 hectares em 2018. Já, a área colhida de tangerina mantém a tendência dos 37 hectares desde o ano de

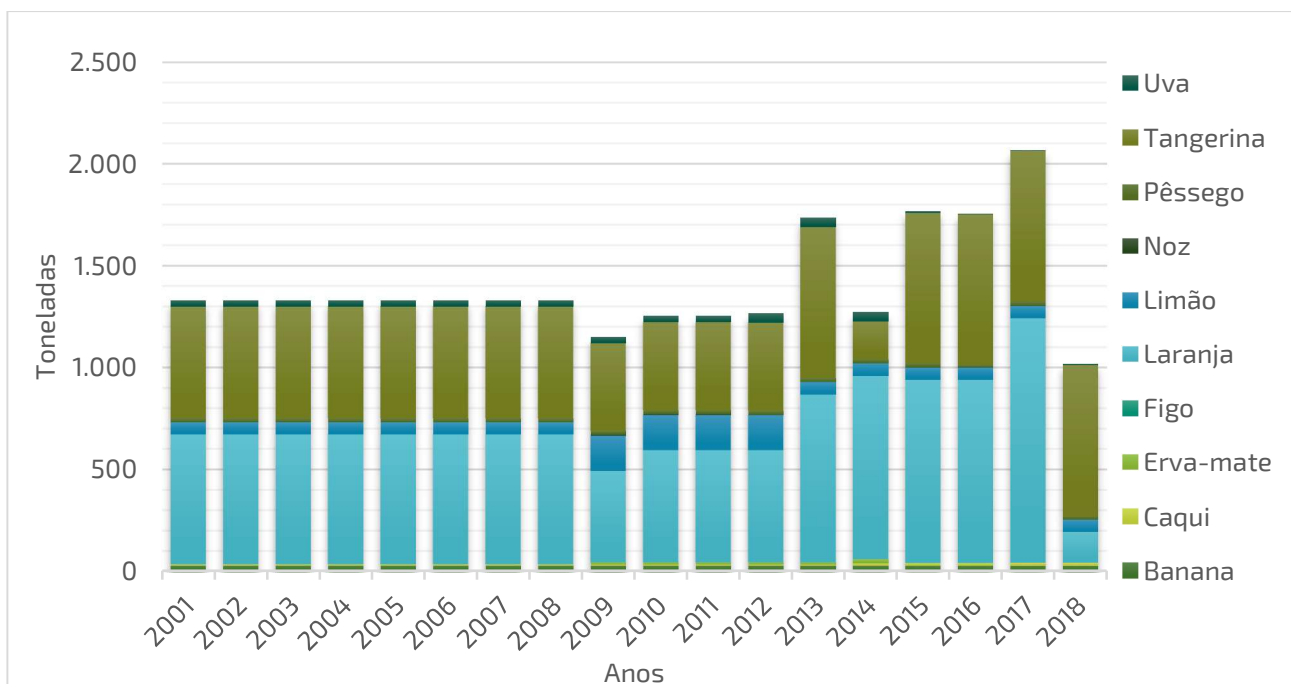
2009. Por sua vez, a cultura da uva, apesar de já ter ocupado uma área de 20 hectares entre anos de 1998 a 2008, vem experimentando redução de área, chegando em 2018 com 7 hectares.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1993 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1993 – 2018

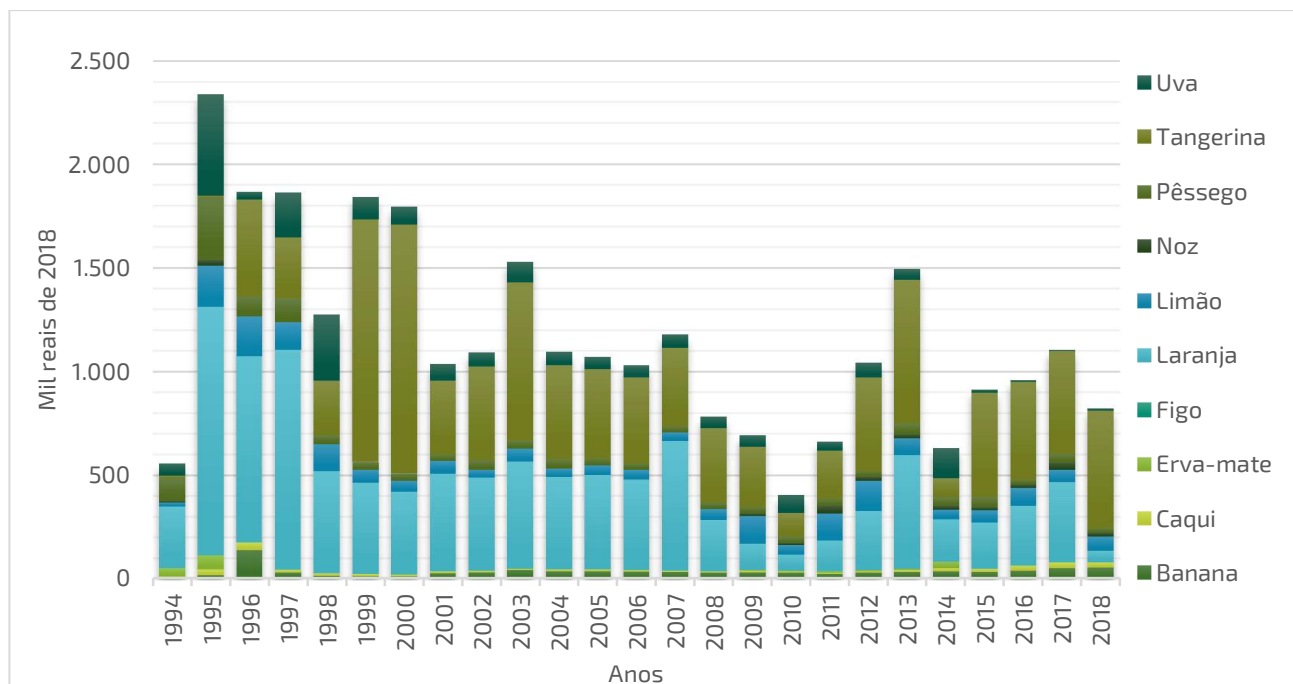


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 11 também permite observar que entre os principais produtos produzidos pela lavoura permanente, destacam-se a laranja e a tangerina. A primeira chegou a 1,2 mil toneladas em 2017, mas foi reduzida para 150 toneladas em 2018 (forte redução) enquanto a produção da segunda oscilou de 549 toneladas para 740 toneladas entre 2001 e 2018.

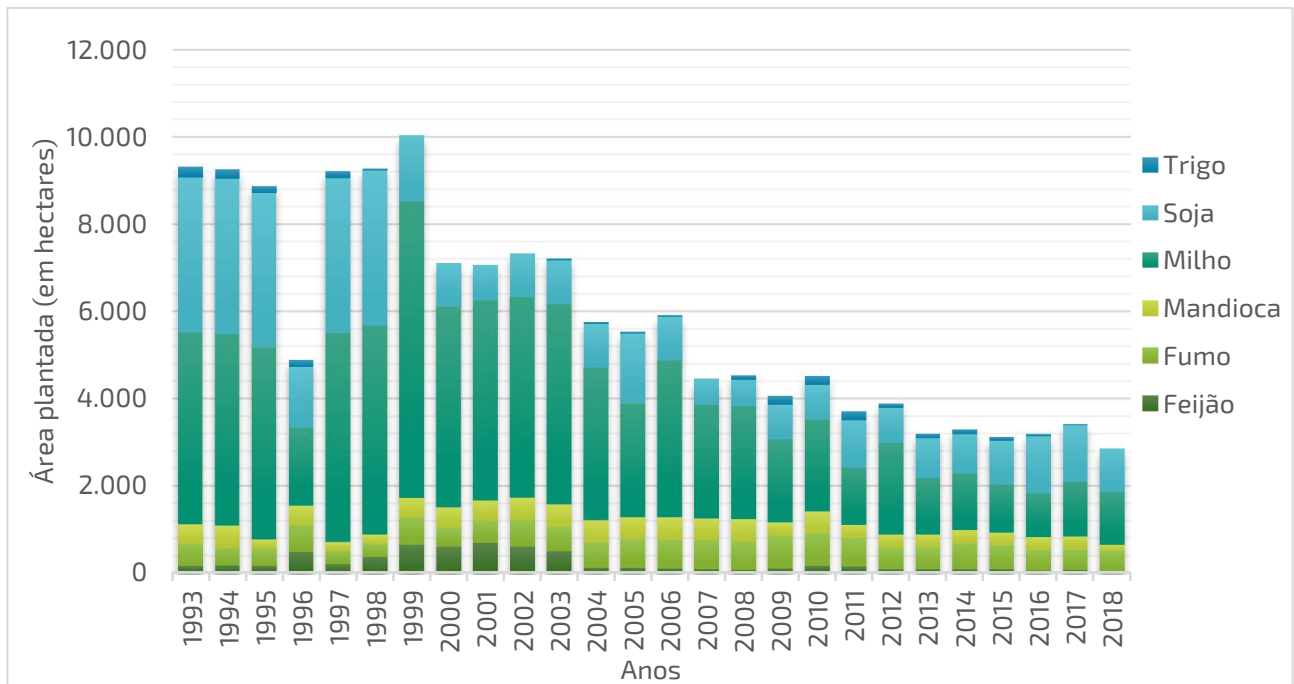
Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. A cultura da laranja perdeu vigor no que diz respeito ao valor da produção que desde 1997 reduziu maior valor comercializado de R\$ 1 milhão para chegar em 2018 com um valor de R\$ 54 mil. A cultura da tangerina em 1998 valorava sua produção em R\$ 1,2 milhões, reduzindo para R\$ 566 mil em 2018.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

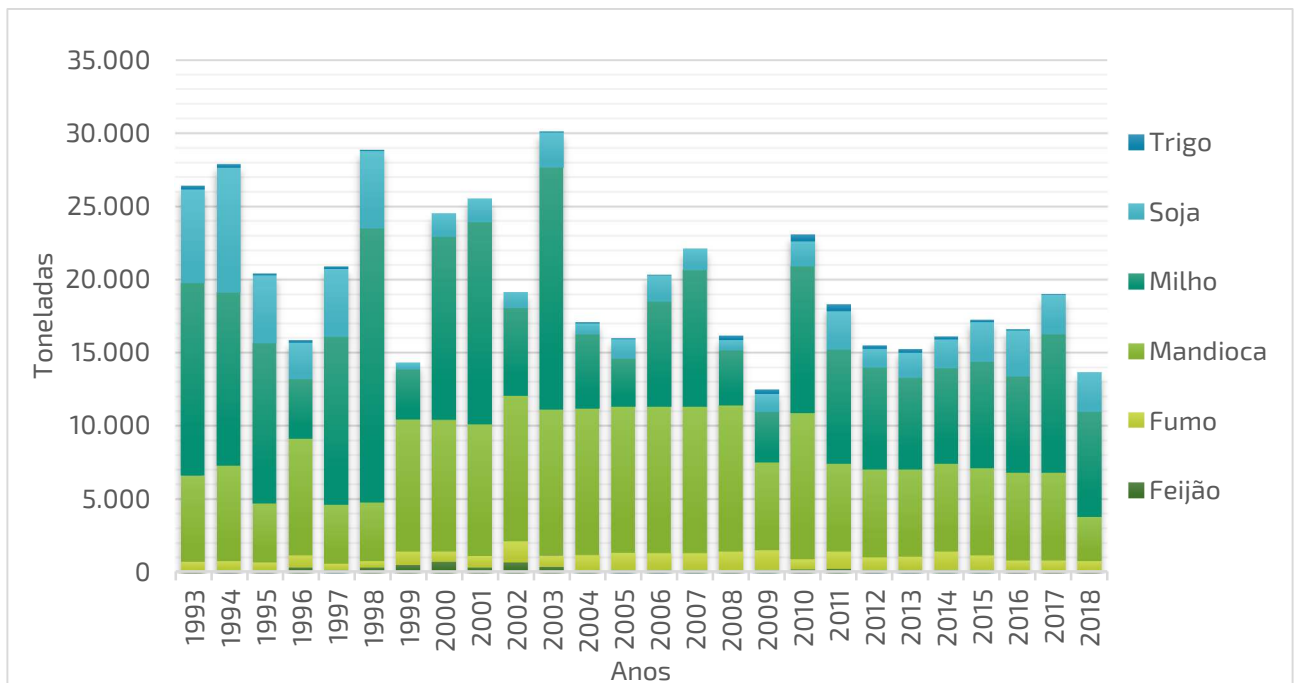


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que as culturas do milho e da soja, no período de 1993 a 2018, se constituem como as principais por apresentarem as maiores áreas plantadas, seja na média, 3.048 para o milho e 1.506 para a soja, como na área observada no ano de 2018, 1.200 e 1.000 hectares para milho e soja respectivamente. Por outro lado, destaca-se a tendência de redução de área, principalmente de milho e de soja, mas também de fumo e de mandioca.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1993 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

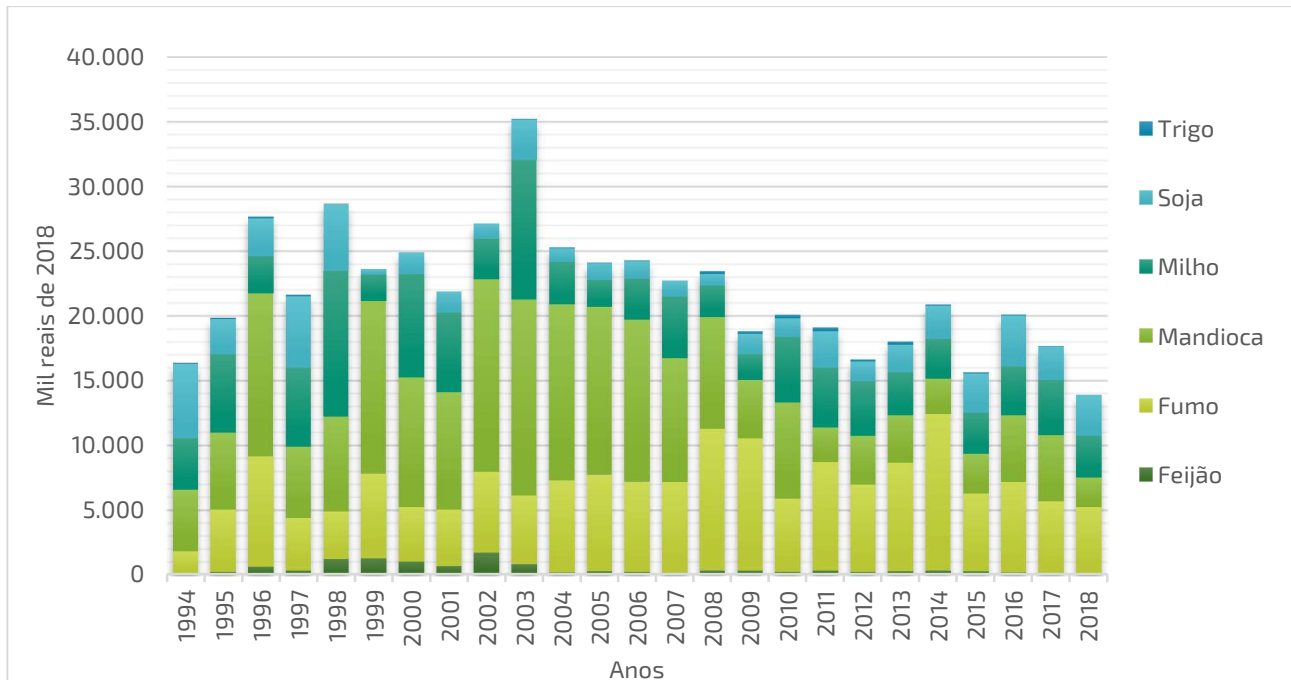
Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1993 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar a redução da produção entre os anos de 1993 e 2018: soja (-

58%), milho (-45%), mandioca (-49%), feijão (-13%). Por outro lado, a quantidade produzida de fumo aumentou 8%, de 650 toneladas para 705 toneladas.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 35 milhões em 2003 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 13,903 milhões.

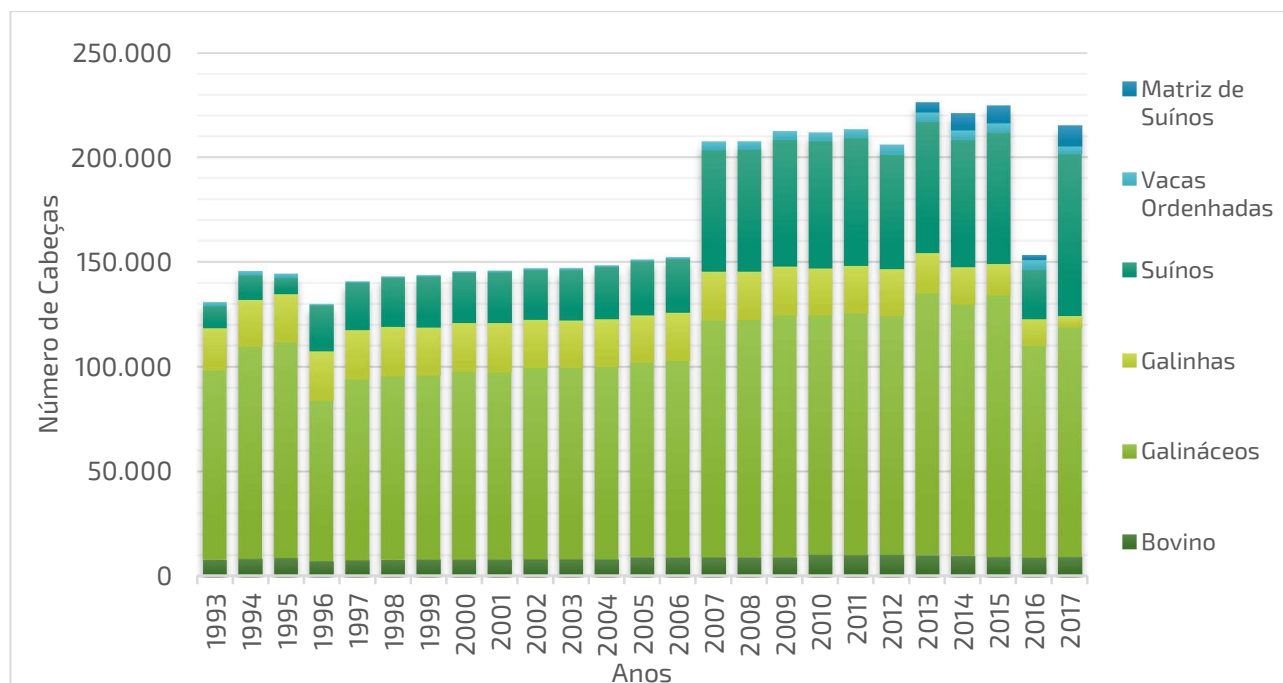
Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, verifica-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 2007 e 2017.

Observa-se que no período de 1993 a 2017 suínos e vacas leiteiras destacaram-se, com uma evolução de rebanho de 629,73% e 104,42% respectivamente.

O rebanho de matrizes de suínos foi aumentado em 105,19% no período de 2013 a 2017. A categoria galinhas experimentou uma redução de 72,75% no período.

A categoria "galináceos"⁴ apresentou um crescimento de 21% ao longo do período de 1993 a 2017, passando de 90,441 mil cabeças para 109,5 mil.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1993 – 2017

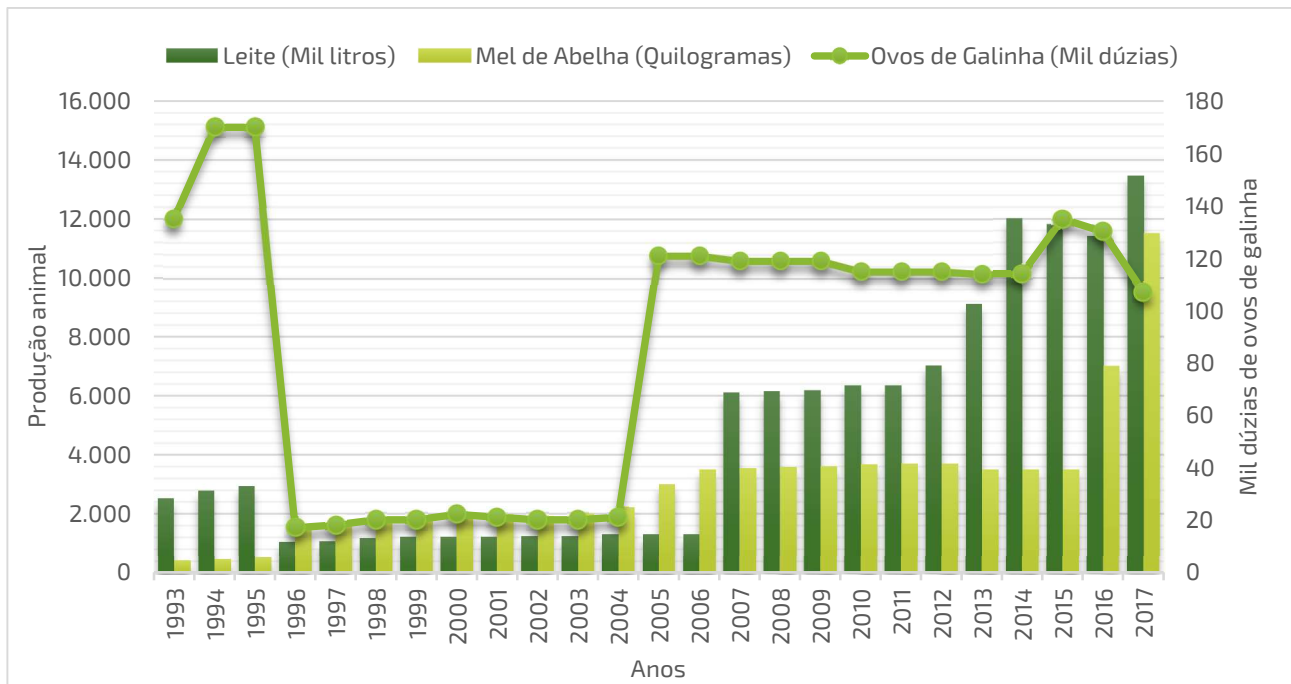


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que em 1993 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão até 1995, alcançando 2,925 milhões de litros de leite em 1, com uma produtividade de 4,57 litros/vaca/dia ordenhada. De 1996 a 2006 a produção decresceu, iniciando uma trajetória de expansão a partir de 2007, chegando em 2017 com uma produção de 13,45 milhões de litros, com produtividade de 12,12 litros/vaca/dia ordenhada, que representou um aumento de produtividade em relação a 1993 de 165,21%, deixando o mesmo acima da média do estado, que é de 11,47 litros/vaca/dia⁵

⁴ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

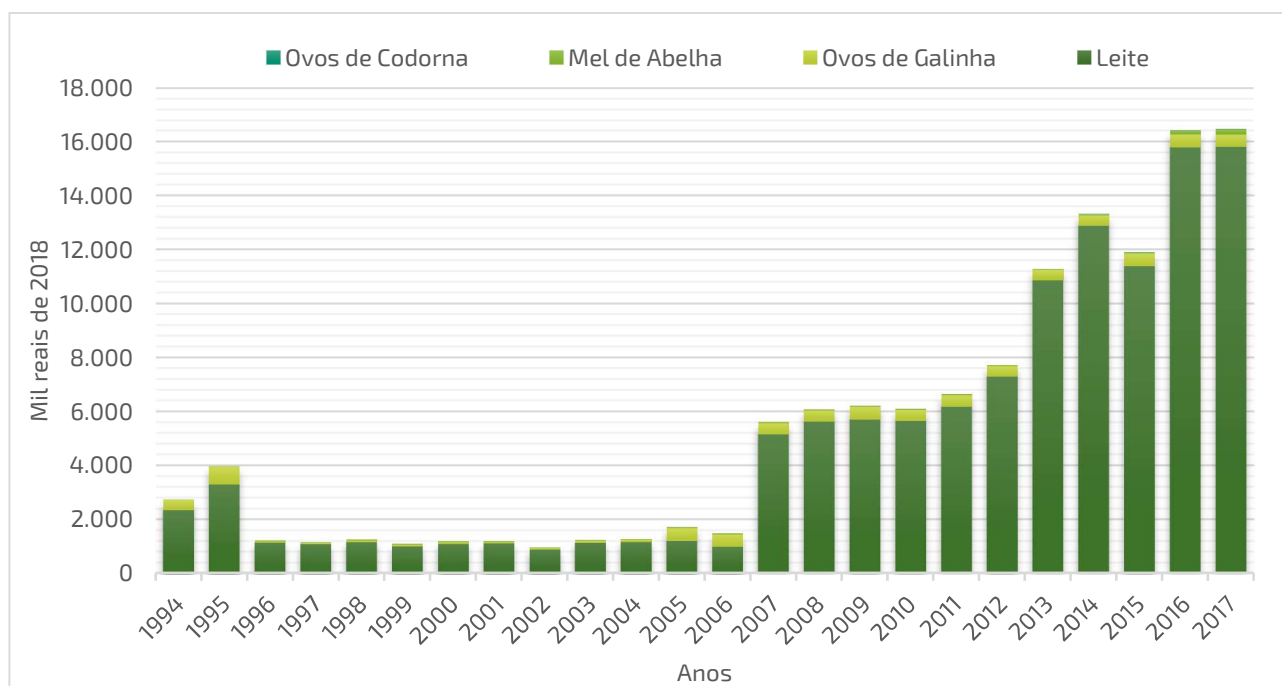
⁵Fonte: IBGE - PPM 2018

Figura 17. Produção animal: 1993 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel oscilou de 420 quilos para 11,5 mil quilos entre 1993 e 2017. Neste período, destacam-se as elevações nos períodos de 2003-2006 e 2015-2017. Já, a produção de ovos manteve-se ao redor de 100 mil dúzias, com redução no período de 1996 a 2004, quando a produção ficou ao redor das 20 mil dúzias.

A produção de leite é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, onde, apesar dos períodos de baixa entre 1996 a 2006, apresentou crescimento a partir de 2007. Nesse sentido, pode-se observar um montante R\$ 2,33 milhões em 1994, passando para R\$ 1,125 milhões em 1996, permanecendo nesse patamar até 2006. Em 2007 inicia-se uma trajetória de crescimento, com um valor da produção de R\$ 5,143 milhões e chegando em 2017 com R\$ 15,805 milhões, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos nos anos de 1994 e 1995 foi de R\$ 380 e R\$ 668 mil, oscilou em torno de R\$ 46 a R\$ 80 mil entre 1996 a 2004, iniciando uma trajetória de crescimento a partir de 2005, quando foi observado um valor de R\$ 470 mil, chegando a R\$ 484 mil em 2016 e R\$ 449 mil em 2017.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,3 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do

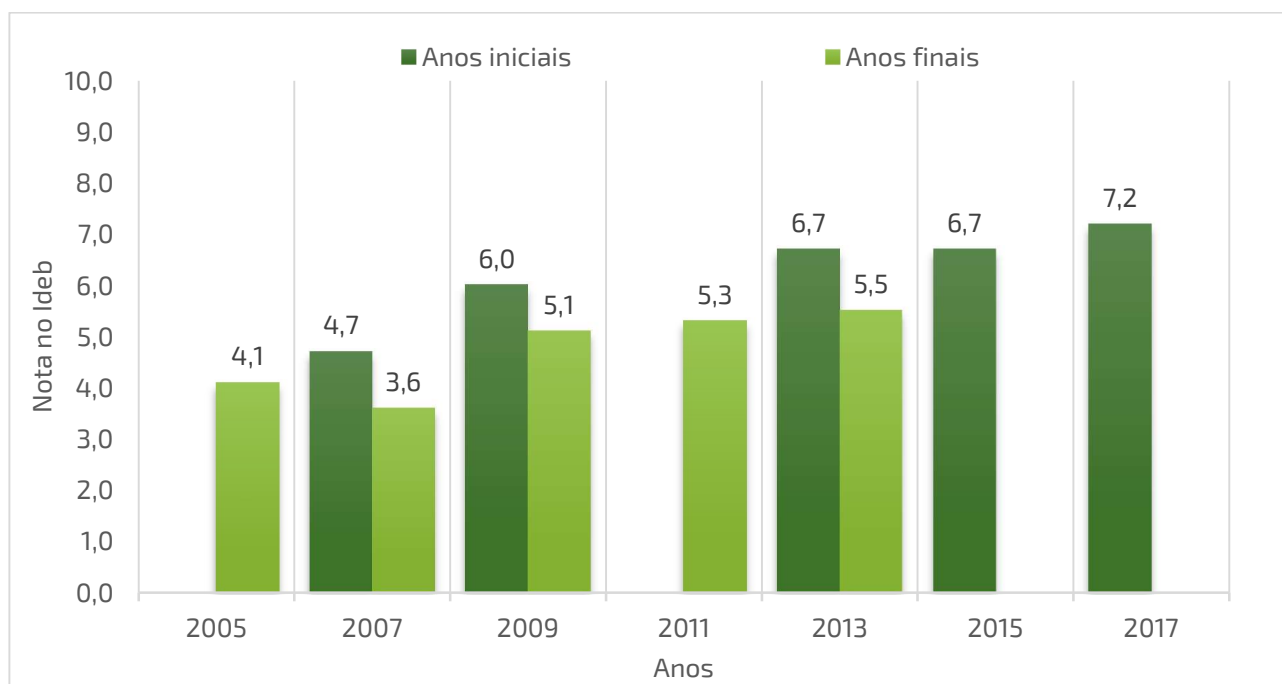
município, que em 2018 foi de 556 matrículas no ensino fundamental e 155 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 53 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 19 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 6 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, as informações na educação dos anos iniciais, pode-se perceber um crescimento do IDEB de 4,7 para 7,2 do ano de 2007 para o ano de 2017.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Pinheirinho do Vale /RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No que diz respeito aos IDEB dos anos finais, verifica-se um decréscimo de 2005 a 2007, com um IDEB de 4,1 para 3,6 respectivamente. De 2009 a 2013 observa-se um crescimento do IDEB nos anos finais, iniciando com 5,1 chegando 5,5.

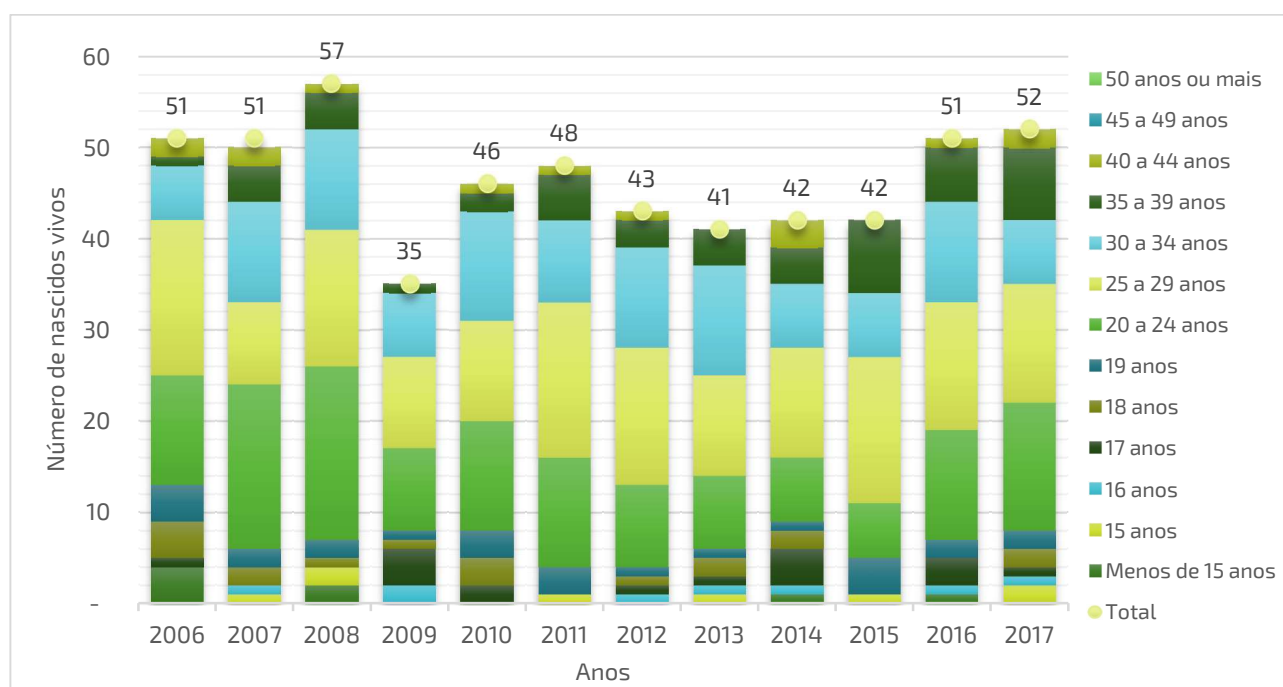
⁶ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma estabilidade no número de nascimentos de crianças, partindo de 51 nascidos vivos em 2006 para 52 em 2017. Em média, ocorreram 46,5 nascimentos vivos no município.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos, representando 36,65% de todos os nascimentos do período (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Pinheirinho do Vale /RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados quatro partos em mães com menos de 18 anos, o que representa 7,69% dos partos desse ano. Se levarmos em conta todos os nascimentos do período, os partos com mães menores de 18 anos, representam 3,67%. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 14 partos de mães com mais de quarenta anos, o que representou 3,85% dos partos de 2017.

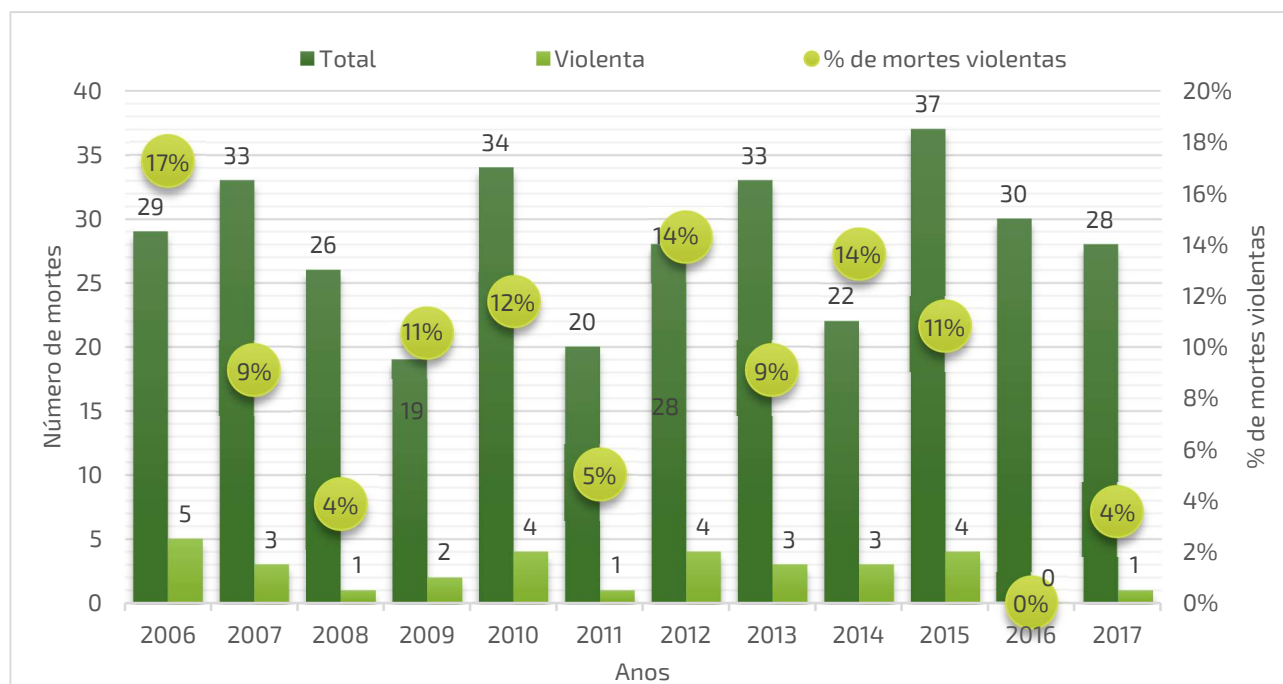
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017

ocorreu 1 óbito para 52 nascidos vivos e a taxa de mortalidade infantil foi de 19,23 ou segundo o IBGE "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19.23 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 9.4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 78 de 497 e 14 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1194 de 5570 e 292 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 17% em 2006 para 4% em 2017. Em 2016 foi alcançado o menor patamar (0%), com nenhuma morte violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Pinheirinho do Vale/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o ano com maior mortes violentas foi 2006 com 5 mortes violentas.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 339 óbitos, dos quais 31 ocorreram de forma violenta, o que representa 9,14%.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 0,1% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

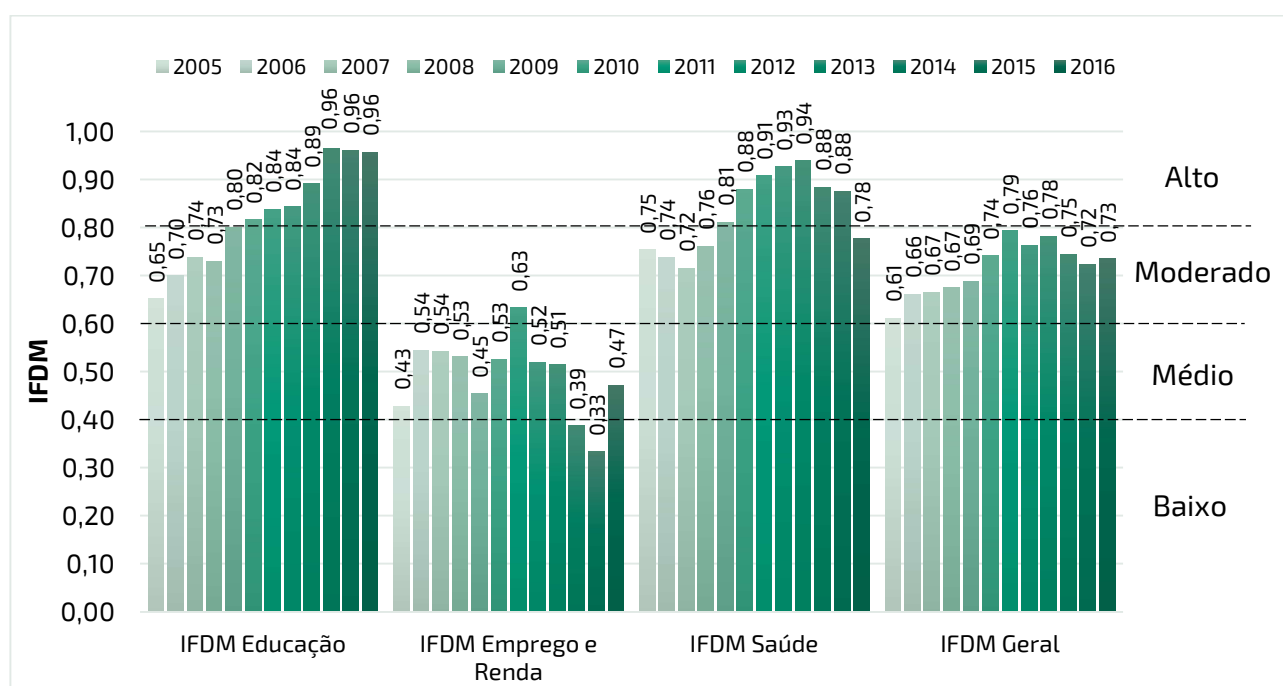
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de emprego e renda foi a que obteve os menores índices no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa à educação vem experimentando aumentos de índices a cada ano, colaborando para que a queda no índice geral não fosse mais acentuada.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

A área da saúde vinha obtendo índices crescentes até o ano de 2013, passando a cair nesse quesito.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego alternou-se entre crescimento e queda ao longo do período de 2005 e 2011. A partir desse ano, o índice passa a ter trajetória decrescente até o ano de 2015, quando voltou a subir a patamares de 2005. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Pinheirinho do Vale possui "17.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 99.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 29.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 409 de 497, 13 de 497 e 161 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3811 de 5570, 73 de 5570 e 1281 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	10.534,40	
Número de imóveis rurais	761	
Área total dos imóveis rurais	8.018,26	76,12
Área média:	10,54	
Área mínima/máxima:	0,42 / 53,82	
APP	909,97	11,35
APP - Recomposição	12,67	0,16
Reserva Legal	573,43	7,15
Vegetação Nativa	1.914,81	23,88
Servidão Administrativa	87,56	1,09
Área Consolidada	5.639,28	70,33
Banhados	0,07	0
Número de Nascentes	7	0
Uso Restrito	8,40	0,1
Hidrografia	1.476,81	18,42
Topo de Morro	0	0

Áreas: Não Declarada - Outras	2.516,14	23,88
-------------------------------	----------	-------

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 10.534,40 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 8.018,26 mil hectares. Destes, 11,35% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 7,15% como Reserva Legal e 70,33% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem verificar que dos 761 imóveis rurais, 61% mantêm APP, 1% declarou ter olha d'água, 32% tem reserva legal e 94% conta com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	461	923	300	61	39
Área Consolidada	745	5.639	16	98	2
Banhado	1	0	760	0	100
Hidrografia	462	1.437	299	61	39
Nascente olho d'água	7	-	754	1	99
Reserva Legal	242	573	519	32	68
Servidão Administrativa	667	88	94	88	12
Uso Restrito	4	8	757	1	99
Vegetação Nativa	714	1.915	47	94	6
Área topo de morro	1	0			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – PINHEIRINHO DO VALE					
Número Total de I.R.:	761	8.018,26			
Área Total do Município:		10.534,40			
% Área declarada/Área Município:		76,12			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, ressalta-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRINHO DO VALE (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Pinheirinho do Vale, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.pinheirinhodovale.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.